



PARECER Nº 3/2022/CAERN - GAT/CAERN - DP/CAERN - PR  
PROCESSO Nº 03210349.000094/2022-59  
INTERESSADO: AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE NATAL

## PARECER

### Assunto: Homologação da Base de Ativos Regulatória- BAR Natal

Em atenção ao Ofício nº 18/2022 - ARSBAN-CHGAB/ARSBAN (12858137), após análise da NOTA TÉCNICA 01/2022 ARSBAN – que trata da Homologação da Base de Ativos Regulatória, seguem alguns apontamentos:

#### 1) ETA Jiqui e ETA Extremoz

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte teve sua instituição autorizada por meio da Lei Estadual nº 3.742, de 26 de junho de 1969, na forma de sociedade de economia mista, *“para prestação e administração dos serviços de águas e esgotos sanitários no território do Estado”*.

Em assim sendo, o fato é que a CAERN, na condição de sociedade de economia mista, foi constituída por meio de uma sociedade de ações, de acordo com a Lei 6.404/76, sendo uma sociedade com capital fechado, possuindo como sócio majoritário o Estado do Rio Grande do Norte, o qual detinha em 31/12/2021 o percentual de 97,19% do total de ações, sendo o segundo maior acionista o BANDERN, sucedido pela EMGERN - também pertencente à Administração Indireta do Estado do Rio Grande do Norte – e que possui 2,72% do total de ações. Dessa forma, por meio do controle direto e indireto, o **Estado do Rio Grande do Norte é atualmente detentor de 99,91% do total das ações da Companhia, consoante dados de 31/12/2021.**

Dentro do arcabouço legal que rege a CAERN, a empresa é anualmente auditada por uma empresa de auditoria independente, a quem incumbe a avaliação preliminar das Demonstrações Contábeis da Companhia, culminando em manifestação de opinião acerca dos ditos Demonstrativos.

Ao longo dos anos, a CAERN, assim como as demais estatais brasileiras, teve dificuldades em manter o controle patrimonial dos seus bens, o que culminou com a emissão de vários pareceres da auditoria independente *“com ressalvas”*. Tal fato se deveu, principalmente, à falta de controle individualizado dos bens que compõe seu ativo imobilizado, bem como à geração de taxas de depreciação que não eram repassadas de forma fidedigna para a definição da tarifa a ser cobrada ao consumidor.

Tal situação é evidenciada no parecer da auditoria externa emitido *“COM RESSALVAS”*, relativo aos Demonstrativos Contábeis da CAERN – ano-calendário 2005 -, a seguir transcrito:

“3° O Ativo Imobilizado não está suportado por controles internos adequados, tolhendo-nos de aplicar procedimentos de auditoria necessários para mensuração da exatidão do saldo da referida conta. A inexistência de tais controles, associada à falta de transferência sistemática de obras efetivamente concluídas registradas na conta de *“Obras em Andamento”* e como tal, não depreciadas, causam distorções no cálculo da Depreciação do Imobilizado em montante que não conseguimos precisar, fato que impossibilitou, aplicarmos procedimentos apropriados para aferição de sua exatidão, impossibilitando-nos de emitir opinião acerca desse saldo e de sua contrapartida contábil em contas de resultado.”

A partir do ano-calendário 2008, as empresas regidas pela Lei 6.404/76 tiveram que iniciar o processo de adaptação às Normas Internacionais de Contabilidade, conforme previsto pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, além dos vários Pronunciamentos Contábeis que foram ratificados pelo Conselho Federal de Contabilidade, modificando substancialmente a forma de registro contábil e controle patrimonial dos bens que compõe o patrimônio das empresas.

No caso específico da CAERN, os bens que eram registrados como ativo imobilizado e que fossem vinculados aos contratos de concessão deveriam ser segregados em ativo financeiro e ativo intangível, conforme preceitua o CPC 05. Contudo, a falta de controle patrimonial individualizado por bem, além da utilização de uma taxa de depreciação histórica, com base em regras previstas apenas no âmbito fiscal pela Instrução Normativa nº 162/1998, da SRF, posteriormente revogada pela Instrução Normativa RFB nº 1700, de 14 de março de 2017, impossibilitavam a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade na CAERN.

Diante do novo cenário contábil posto, a falta de registro dos bens de forma fidedigna levou os Auditores Independentes a agravarem o Parecer da Auditoria para um parecer *“adverso”*, devido à falta de cumprimento das normas contábeis vigentes, em especial a falta de controle patrimonial e registro adequado, inclusive pelo apontamento de situações em que os bens que deveriam ser contabilizados como investimentos eram contabilizados como custos ou despesas, de forma equivocada.

No parecer dos auditores independentes relativo ao ano-calendário 2014, verifica-se que a opinião do parecer adverso foi advinda de vários fatores, conforme a seguir transcrito:

“Base para opinião adversa sobre as demonstrações financeiras

**A Companhia não procedeu a adequação do ICPC 01 que trata de contratos de concessão, seu reconhecimento e mensuração, e, portanto, não reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário de acordo com essa interpretação.** Diante de tais circunstâncias ficamos impossibilitados de avaliar e opinar sobre os novos procedimentos que deveriam ter sido aplicados, bem como identificar o montante e impacto no resultado da Companhia.”

Além do referido fato, verifica-se que a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do município de Natal – ARSBAN, já havia emitido a resolução nº 002/2013, de 20 de novembro de 2013, solicitando a realização de um inventário patrimonial, conforme abaixo:

“Art. 7º - A concessionária deverá submeter à ARSBAN até o final do 1º trimestre de 2014 uma proposta de proceder com o inventário de sua base remuneratória de ativos e testes de recuperabilidade;”

Diante do cenário descrito, evidenciou-se a necessidade de adequação dos controles patrimoniais e contábeis da CAERN, visando retirar as ressalvas apontadas pelos auditores independentes. Para tanto, a CAERN iniciou o processo de estruturação do setor contábil e de replantação do ERP utilizado na Companhia, além de preparar procedimento licitatório com vistas à contratação de uma empresa para a realização do inventário patrimonial.

Ao final de maio de 2018, por meio do processo licitatório nº 0005/2018, a empresa SETAPE – Serviços Técnicos de Avaliações do Patrimônio e Engenharia LTDA foi contratada para realização do inventário patrimonial da Companhia.

Ao longo do ano-calendário 2019, a empresa SETAPE, responsável pela realização do inventário patrimonial, acompanhada pelo setor contábil e patrimonial da CAERN, verificou a existência de vários bens patrimoniais sob a posse da CAERN, sem que constassem na listagem de bens existentes no controle contábil da Companhia.

Cuidavam-se os referidos bens dos sistemas adutores utilizados pela empresa, essenciais para o fornecimento de água tratada para os municípios situados em todo o Estado do Rio Grande do Norte, transpassando o limite territorial de vários deles, naturalmente.

Vale salientar que a CAERN realiza, desde que estão em funcionalidade, a operação e a manutenção dos sistemas adutores, inclusive com a substituição de equipamentos, desde o momento de sua construção pelo Estado do Rio Grande do Norte.

Diante da referida situação, percebe-se que os sistemas adutores não são vinculados ao contrato de concessão com os municípios, não sendo, por isso, enquadrados como ativo intangível ou ativo financeiro perante os respectivos entes municipais. Em vista disso, a propriedade dos bens pertencia ao Estado do Rio Grande do Norte, onde este optou em realizar um aumento do capital social da CAERN, haja vista a Companhia operar e manter os sistemas adutores desde a sua construção, daí os mesmos serem reconhecidos na contabilidade da CAERN como ativo imobilizado.

Ao realizar a leitura das normas contábeis vigentes, percebe-se que, de acordo com GELBKE<sup>[1]</sup> (2018, p. 122) na obra Manual de Contabilidade Societária, elaborado pela equipe de professores da FIPECAFI, o registro contábil do ativo imobilizado deve contemplar todos os bens que a empresa possui o controle, surgindo a prevalência do **princípio da Essência sobre a Forma**, conforme se apresenta:

**“Mudou o conceito de ativo imobilizado, ao admitir que sejam nesse grupo registrados aqueles que, mesmo não sendo de propriedade jurídica da empresa, estão sob seu controle, sendo dessa empresa os benefícios e os riscos advindos de seu controle. Essa foi a abertura que passou a permitir a figura da Prevalência da Essência sobre a Forma, conceito fundamental para uma boa Contabilidade, rica e informativa aos administradores da entidade, aos investidores, aos credores, aos empregados, ao governo, à sociedade em geral.”**

Em consonância com a doutrina contábil e as Normas Internacionais de Contabilidade, a Lei nº 11.638/2007 alterou o artigo 179, inciso IV, tecendo um novo conceito para os bens que devem ser considerados no ativo imobilizado da Companhia, conforme abaixo:

“Art. 179

[...]

IV - Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens”.

Pela definição posta, não há dúvida de que os sistemas adutores devem ser reconhecidos na contabilidade societária da CAERN, tendo em vista serem bens corpóreos destinados à manutenção das atividades de fornecimento de água tratada em todo o Estado do Rio Grande do Norte, além de possibilitar o auferimento de receitas, bem como a Companhia ter que arcar com todos os custos de operação e manutenção das referidas estruturas, além de assumir os riscos advindos do referido controle.

Assim, cumpridas todas as formalidades previstas na legislação societária, e especialmente na Lei 6.404/76, a CAERN efetuou o reconhecimento dos sistemas adutores como ativo imobilizado, considerando que tais bens não se vinculam a nenhuma concessão municipal, mediante o aumento do quantitativo de ações pertencentes ao Estado do Rio Grande do Norte que passou a ser detentor de 99,91% do total de ações da Companhia.

Outro ponto importante de ser mencionado se refere ao marco legal do saneamento, estabelecido pela Lei 11.445/2007, em cujo art. 3º se apresenta definição acerca das atividades de saneamento básico:

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de medição;”

Pela definição exposta, percebe-se que os sistemas adutores são primordiais para a realização da captação da água tratada, sendo de suma importância a realização do registro contábil dos referidos bens, visando garantir a disponibilização e manutenção das referidas estruturas, bem como possibilitar o registro contábil que permita apontar todos os custos e despesas incorridos na realização da prestação do serviço de fornecimento de água, conforme preceitua o artigo 18 da Lei 11.445/07, abaixo transcrito:

“Art. 18. Os prestadores que atuem em mais de um Município ou região ou que prestem serviços públicos de saneamento básico diferentes em um mesmo Município ou região manterão sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço em cada um dos Municípios ou regiões atendidas e, se for o caso, no Distrito Federal.”

Em consonância com o exposto, percebe-se que o reconhecimento dos sistemas adutores na contabilidade da CAERN é essencial para atender ao princípio legal da modicidade tarifária, previsto no art. 22, IV, da Lei 11.445/07:

“Art. 22. São objetivos da regulação:

(...)

IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos quanto a modicidade tarifária, por mecanismos que gerem eficiência e eficácia dos serviços e que permitam o compartilhamento dos ganhos de produtividade com os usuários.”

A CAERN, por meio das regras estipuladas pelas Agências Reguladoras às quais se submete (ARSEP E ARSBAN) adota o mecanismo de encontrar um custo médio dos sistemas adutores, visando atender ao princípio da modicidade tarifária estipulada pela legislação vigente, sendo conhecido como obtenção do custo da água importada.

Tal conceito (custo da água importada) foi apresentado na última revisão tarifária perante à ARSBAN, onde foi submetido a uma análise técnica, resultando na validação do conceito, inclusive sendo exposto em audiências públicas como um atendimento ao preceito da modicidade tarifária previsto na Lei 11.445/07.

Dessa forma, não é possível prosperar que os bens vinculados aos sistemas adutores estaduais sejam considerados como bens pertencentes ao ente municipal, pois tal atitude não possui lastro legal, ensejando no descumprimento do princípio da legalidade, especialmente no que diz respeito a uma redução do Patrimônio do Estado do Rio Grande do Norte e de uma elevação do Patrimônio do Município do Natal sem atender a nenhum amparo legal que possa nortear uma transferência de titularidade entre entes federativos.

Saliento que o fato do bem ser reconhecido como ativo imobilizado da CAERN repercute diretamente no Balanço patrimonial do Estado do Rio Grande do Norte pela regra de equivalência patrimonial, em que o ente estatal possui 99,91% das ações da companhia, assim todo o investimento efetuado na CAERN possui reflexo direto no Balanço Patrimonial do Estado do Rio Grande do Norte, conforme preceitua a Lei 4.320/64 e regulamentado pelo Decreto 93.872/86.

Em consonância com o exposto, ao realizar a leitura do contrato de concessão firmado com o município do Natal em 2002 e vigente até o ano de 2027, verifica-se que o mesmo foi firmando num cenário onde a norma contábil vigente considerava que os bens utilizados pela CAERN na prestação de serviços de tratamento de água e coleta de esgoto eram considerados como imobilizados, utilizando taxas de depreciação vinculadas a vida útil do bem. Critério este conflitante com a norma contábil societária atual, pois com o processo de adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, por meio da Lei 11.638/2007 e Lei 11.941/09, bem como pela edição de normas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, verifica-se que o setor de saneamento sofreu uma forte modificação devido a emissão do ICPC 01 (IFRIC 12) e do OCPC 05, onde passou a considerar que os bens vinculados ao contrato de concessão passassem a ser classificados como “ativo intangível”, contudo não houve na ocasião de publicação dos referidos normativos uma retificação do contrato de concessão vigente, nem tão pouco a instituição de um manual de contabilidade regulatória no âmbito do Município do Natal.

A partir dos novos conceitos contábeis inseridos pela adoção das normas internacionais de contabilidade, bem como a instituição do marco regulatório do saneamento pela Lei 11.445/2007, verifica-se que o contrato de concessão firmado entre a CAERN e o município do Natal não contemplam os referidos normativos, sendo a referida situação referenciada no próprio documento produzido pela ARSBAN, Resolução nº 02/2018, onde a própria agência sinaliza acerca da inexistência de critérios técnicos para fins de definição do equilíbrio econômico-financeiro no contrato de concessão com o município do Natal, assinado em 2002, conforme transcrição abaixo:

Sobre o equilíbrio econômico-financeiro acordado entre o município do Natal e a CAERN no ano 2002, especificamente na cláusula 2.1.1 do contrato de concessão, é possível verificar que o equilíbrio econômico-financeiro da concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário

no município do Natal é dado pela cobertura dos custos operacionais da concessionária para a manutenção da normalidade de funcionamento, custos da captação de recursos e constituição de reservas financeiras para ampliação e melhorias dos serviços prestados, considerando ainda as premissas de abrangência social dos serviços; a universalidade de acesso da população aos seus benefícios; a fixação das mesmas em escala progressiva, em função da quantidade e destinação do uso. Contudo, o contrato de concessão não prevê critérios e procedimentos que especifiquem uma metodologia estruturada para a revisão tarifária e, conseqüentemente, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Pela leitura, conclui-se que no momento da celebração do contrato de concessão entre a Prefeitura do Natal e a CAERN todos os investimentos realizados pela concessionária deveriam ser reconhecidos como ATIVO IMOBILIZADO, haja vista ser a norma contábil societária aplicável na ocasião e não existir uma norma contábil regulatória acerca do referido reconhecimento. Assim, os sistemas adutores foram devidamente classificados como ATIVO IMOBILIZADO e são bens onerosos, haja vista que os investimentos foram realizados: (i) ao longo dos anos pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio de financiamentos contraiados ou integralização de ações ensejando no aumento do capital social da CAERN; (ii) pela própria CAERN por meio da obtenção de financiamentos ou inserção de capital próprio para construção dos referidos sistemas adutores.

Por fim, o fato de a CAERN realizar investimentos nos sistemas adutores, sem obter o concomitante reflexo na tarifa cobrada ao consumidor final, desaguou num prejuízo acumulado de mais de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões) de reais, evidenciados em 31 de dezembro de 2019, justamente pela falta do poder concedente adotar mecanismos que pudessem promover o reconhecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

## 2) Bens não localizados

Com relação aos bens não localizados pela ARSBAN, destacamos que dos 373 itens indicados como não localizados, foram localizados até o presente momento 205 bens, conforme verifica-se na planilha, (13475018), e no relatório fotográfico, (13476688). Percebe-se que houve um equívoco por parte da equipe que realizou a vistoria *in loco*, sendo improcedente o pleito de glosa dos bens acima elencados.

Em relação aos demais itens que não foram localizados, o entendimento do setor patrimonial e contábil da CAERN é que o lapso temporal entre a emissão do laudo da empresa SETAPE e a vistoria em campo realizada pela Agência Reguladora, que perdurou um intervalo de 3 (três) anos, ensejou em movimentação de bens, sejam eles para manutenção preventiva ou corretiva, deve ter resultado no motivo da Agência reguladora não ter localizado os bens. Assim, é necessário o encaminhamento de uma listagem à CAERN, com o intuito de verificar qual a localização ATUAL do referido bem.

## 3) Terrenos

3) Em relação a comprovação da titularidade dos bens imóveis, percebe-se a necessidade de regularização de tais propriedades em nome da CAERN perante os cartórios, haja vista o histórico de ressalvas no Balanço relatados no item 1. Contudo, a Companhia exerce posse mansa e pacífica com preenchimento dos requisitos suficientes para usucapião, o que importa, a rigor, já o atributo da propriedade pela Companhia em relação a tal acervo imobiliário. Cumpre apenas a adoção de providências com vistas a respectiva regularização.

De toda forma, no curto espaço de tempo concedido pela Agência Reguladora, a CAERN conseguiu localizar a documentação de três terrenos: 1) **Escritório 17 Natal Sul Lagoa Nova** localizado na Av. Capitão-Mor Gouveia, Lagoa Nova, Natal. CEP 59076-400, Certidão Matrícula 20692 - Desapropriação, 2) **o Reservatório apoiado 01 Petrópolis**, localizado na Av. Deodoro da Fonseca, N. 249, com R. Manoel Dantas, Antigo R.1.1, Petrópolis Escritura Pública - Matrícula 25.676 - Escritura de Incorporação da CAERN (integralização do capital social – oneroso), e 3) **ETE - Estação tratamento esgoto 06 Baldo Dom Nivaldo Monte**, localizado na Av. Governador Rafael Fernandes, Alecrim, Certidão Matrícula nº 31.543 - Escritura de Incorporação da CAERN (integralização do capital social – oneroso).

## 4) Reserva Técnica

Quanto ao entendimento de que os hidrômetros não podem ser considerados como Reserva Técnica, causa estranheza visto que os hidrômetros são dos componentes mais importantes para manutenção da qualidade do serviço e norteadores/balizadores do atingimento de inúmeras metas.

No novo marco regulatório e conforme plano de investimento consolidado com os municípios, perdura três eixos principais: Universalização fornecimento de água (99%); Universalização Esgotamento Sanitário (90%); e, Redução de Perdas. Ora, este último eixo tem como pré-requisito confiabilidade e assertividade na geração de dados tanto na produção como no consumo. Portanto, tanto legalmente como contratualmente, estipula-se obrigatoriedade em ampliar hidrometração, política de substituição de hidrômetros, combate à fraudes e demais ações aparentes. Todas essas ações dependem de a Companhia manter estoque estratégico para pronta reposição dos HDs. Ou seja, não considerá-los como reserva técnica irá contribuir para amainar e comprometer as próprias metas estipuladas e controladas pela Agência Reguladora.

A ANA está elaborando Norma de Referência sobre *indicadores, padrões de qualidade, de eficiência, de eficácia e demais componentes da avaliação de desempenho da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, incluindo a manutenção e a operação dos sistemas* (12777421). Cita-se os seguintes indicadores que dependem dos HDs:

- NdS 09: Índice de perdas de água na distribuição por ligação;
- E&S 01: Índice de micromedição relativo ao volume disponibilizado;
- E&S 11: Índice de perdas de faturamento de água;
- E&S 12: Índice de evasão de receitas;
- CTX 03: Grau de participação da conta do serviço de abastecimento de água na renda domiciliar média DEFINIÇÃO;
- CTX 05: Consumo médio de água por economia;
- CTX 14: Índice de utilização da capacidade efetiva potencial de reservação de água distribuída.

Novamente, percebe-se que a própria mensuração da qualidade e eficiência do serviço prestado, bem como a própria assertividade dos indicadores está condicionado a disponibilidade e reserva estratégica de hidrômetros.

Assim, percebe-se a necessidade de remunerar a Companhia para manter uma RESERVA TÉCNICA de bens indispensáveis para a prestação do serviço, situação esta é a dos investimentos em Hidrômetros.

## 5) Taxa de WACC

Com relação a redução da Taxa de WACC utilizada de 11,4% para 8,65% com a justificativa de que a diferença de 2,75% equivale aos impostos deduzidos, foi realizada a verificação das premissas estabelecidas pela agência reguladora acerca do cálculo da Taxa WACC, comprovando que na taxa de 11,4% já foi considerada a dedução dos impostos, conforme segue:

A taxa WACC foi calculada após os impostos, conforme a fórmula (52) na página 50 da RESOLUÇÃO Nº 002/2018, de 20 de fevereiro de 2018:

$$r_{WACC} = r_p * \left( \frac{P}{P+D} \right) + r_d * \left( \frac{D}{P+D} \right) * (1 - TAX)$$

Sendo,

$r_{WACC}$  = Taxa de retorno do investimento reconhecido;

$r_p$  = custo do capital próprio;

$r_d$  = custo do capital de terceiros;

$P$  = montante do capital próprio na concessionária;

$D$  = montante de capital de terceiros na concessionária; e

$TAX$  = soma das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido

Conforme os dados abaixo, apresentados na aba 'Wacc-AR' da planilha do 'Estudo de Revisão Tarifaria - Ciclo 2019-2023\_01ago19 - AR -2021'

	2015	2016	2017	2018
$r_p$ = custo do capital próprio	11,39%	10,85%	10,88%	14,22%
$r_d$ = custo do capital de terceiros	18,68%	14,93%	10,39%	9,53%
$P$ = montante do capital próprio na concessionária	694.734.046	679.415.620	694.469.000	693.724.000
$D$ = montante de capital de terceiros na concessionária	159.001.982	148.364.260	132.366.000	111.718.000
$TAX$ = soma das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido (34%)	34%	34%	34%	34%
$WACC$ = Taxa de retorno do investimento reconhecido	11,57%	10,67%	10,24%	13,12%
$rWACC$ = taxa de retorno do investimento reconhecido (utilizada no pleito)	11,40%			

Dessa forma, a taxa **WACC** a ser considerada deve ser a de **11,40%**.

#### 6) Atualização Monetária

A única referência na Nota Técnica acerca de atualização monetária da Base de Ativos se encontra na página 8, "O método de atualização dos valores contábeis se deu pela atualização de valores contábeis pelo índice IPCA, sendo definido como Valor Original Contábil (VOC) Atualizado." Solicitamos que esse tema seja melhor esclarecido pois não ficou claro se na atualização monetária pelo IPCA está sendo considerado os bens Intangíveis, ou apenas os Imobilizados.

Verificou-se também que na nota técnica não existe referência sobre a atualização monetária dos ativos financeiros. Esses ativos são investimentos regulatórios que, a priori, apesar de não estarem reconhecidos na Base de Ativos, compõe o patrimônio da empresa perante ao município, sendo necessário fazer o reajuste monetário para não ocorrer em perda do capital investido. Dessa forma, como a equação de equilíbrio econômico-financeiro adota o pressuposto de moeda constante em determinada data-base, deve se prever como é a atualização monetária desses ativos, pois a falta de reajuste desses ativos, resultará em prejuízo para a concessionária, alterando o equilíbrio econômico-financeiro.

Diante de todo o exposto, conclui-se (1) pela ineficácia da pretensão dessa Agência Reguladora em atribuir ao município de Natal as propriedades das ETA's Jiqui e Extremoz, sem lastro documental ou fundamento legal pertinente e suficiente a desconstituir os atos de reconhecimento da titularidade dos referidos equipamentos em favor do Estado do Rio Grande do Norte na qualidade de acionista da CAERN, (2) que a ausência de localização dos bens não importa neste momento na conclusão inequívoca de sua inexistência, considerando que um exame sumário foi bastante para evidenciar a materialidade de 205 itens cuja existência não fora atestada pela Agência Reguladora, (3) no que toca aos bens imóveis sem comprovação de regularidade formal a Companhia exerce posse mansa e pacífica com preenchimento dos requisitos suficientes para usucapião, o que importa, a rigor, já o atributo da propriedade pela CAERN em relação a tal acervo imobiliário, (4) quanto a Reserva Técnica de hidrômetros percebe-se a necessidade de remunerar a Companhia para manter os bens indispensáveis para a prestação do serviço, e, por fim, (5) verifica-se que a taxa WACC a ser considerada deve ser a de 11,40%, (6), e por fim, é necessário que seja previsto na Nota Técnica o critério de atualização monetária da Base de Ativos e dos ativos financeiros.

Atenciosamente,

Natal, 19/04/2022



Documento assinado eletronicamente por **Janaina de Andrade Rocha**, Gerente de Ativos, em 20/04/2022, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **14065926** e o código CRC **A295D35C**.